

# POLÍTICAS LINGUÍSTICAS NA CABANAGEM: DIÁLOGOS E DUELOS COM O NHEENGATU

Welton Diego Carmim LAVAREDA<sup>26</sup>

Ivânia dos Santos NEVES<sup>27</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva analisar as diferentes estratégias de governamentalidade estabelecidas pelo dispositivo colonial, durante o período da Cabanagem, que favoreceram a instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia mergulhado em uma série de conflitos, inclusive, linguísticos. Almeja-se, com este trabalho, (re)pensar a constituição de um regime de governamentalidade no meio de uma intercompreensão complexa e contraditória e, ao mesmo tempo, refletir sobre as condições de possibilidades históricas deste nosso português “sem sotaque lusitano” imerso em uma dinâmica de tensões discursivas.

**Palavras-chave:** *Nheengatu*. Governamentalidade. Política linguística. Análise do Discurso.

**Abstract:** *This article aims to analyze the different dispositive of governmentality established by a colonial instrument, during the Cabanagem period, which favored the establishment of a European linguistic heritage in the Amazon, immersed in a series of conflicts, including linguistic conflicts. It is hoped, with this work, (re) think about the constitution of a regime of governmentality in the middle of a complex and contradictory intercomprehension and, at the same time, to reflect on the conditions of historical possibilities of our Portuguese "without Lusitanian accent" immersed in a dynamic of discursive tensions.*

**Keywords:** *Nheengatu*. Governmentality. Language policy. Discourse analysis.

---

<sup>26</sup> Doutorando em Letras/Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Pará (UFPA-PPGL), com pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). [diego.lavareda@hotmail.com](mailto:diego.lavareda@hotmail.com)

<sup>27</sup> Doutora em Linguística, na área de Análise do Discurso (UNICAMP/2009). Professora Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA), onde atua no Instituto de Letras e Comunicação e nos Programas de Pós-Graduação em Letras (Mestrado/Doutorado) e em Comunicação, Cultura e Amazônia (Mestrado). [ivanian@uol.com.br](mailto:ivanian@uol.com.br)

## Primeiras palavras: de que lugar falamos?

*Nty kuri auá onhana suainhana remundé,  
iaiuká kuri aeté opãe. Iandé paia Kuarasy, iandé maia  
Iasy okuau ana iandé kyrymbasaua.  
Kukuhy<sup>28</sup>*

A formulação de um cenário amazônico como palco de análise requer, antes de tudo, demarcar a Amazônia de que estamos falando, afinal, é preciso compreender o universo amazônico com um gesto de leitura amplamente plural. De acordo com Ana Pizarro (2012, p. 25), há diferentes considerações sobre sua área, imbricadas com as demarcações políticas dos oito países que compõem a Pan-Amazônia, e dependendo do período histórico das interrogações levantadas, são bem diversas as formas como devem ser interpretadas e a maneira como podem ser adequadamente respondidas. Estamos, portanto, falando de um lugar de enunciação que está longe de ser uma unidade homogênea.

Posto desta forma, analisar como diferentes estratégias de governamentalidade estabelecidas pelo dispositivo colonial, durante o período da Cabanagem, favoreceram a instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia brasileira, mergulhada em uma série de conflitos, inclusive, linguísticos, é situar nosso debate em um movimento que explodiu em 1835, em um claro contexto de desavenças políticas características do Período Regencial brasileiro, depois da abdicação de D. Pedro I. Esta agitação cabana, marcada pela forte participação da população local, composta em sua grande maioria por negros e indígenas, representou uma tática de força contra a autoridade constituída pelo pacto orgânico instaurado no Brasil Império.

Os cabanos representaram a resistência a uma nova forma de colonização e entraram para a história oficial do Brasil como um governo “rebelde”, de “autoridade marginal”. Em janeiro de 1835 assumiram o controle da Província do Grão Pará<sup>29</sup> e lá se estabeleceram até 1840, quando as forças do Império brasileiro, depois de uma guerra violenta, subjugaram a região. De acordo com Magda Ricci (2016, p. 214), a revolução contou inicialmente com a liderança de parte da insatisfeita elite local branca e de ascendência portuguesa ou europeia que,

---

<sup>28</sup> *Ninguém há de correr em face do inimigo, havemos de matar todos eles. Nosso pai o Sol, nossa mãe a Lua, conhecem já a nossa valentia (Lenda Baré).* Trecho Das Lendas indígenas recolhidas por Max J. Roberto, transcritas por Antonio Amorim.

<sup>29</sup> No período da Cabanagem, a Província do Grão-Pará compreendia os territórios pertencentes aos estados de Roraima, Amapá, Amazonas, Rondônia e Mato Grosso.

no início do século XIX, vivia na Província portuguesa do Grão-Pará. A política e a economia imperiais, a princípio comandadas por D. Pedro I, mas logo em seguida administradas pela instauração de Regências<sup>30</sup>, continuaram a favorecer, na região, os tradicionais negociantes portugueses e ingleses residentes na Província.

No Grão-Pará, antes da Independência do Brasil, as relações comerciais e políticas eram diretamente com Lisboa, e isso não apenas pelas facilidades do comércio, mas também por determinações da divisão política da Coroa portuguesa. De acordo com Jorge Caldeira (2017, p. 242), a região estava ligada administrativamente a Lisboa, e não ao Rio de Janeiro, o que se devia em grande medida ao regime de ventos do Atlântico, pelo qual a navegação a vela durava 20 dias até a metrópole e 90 dias até o Rio de Janeiro. Antes do movimento de Independência do Brasil, os governos da Província eram associados aos comerciantes ligados à metrópole. Embora bastante onerosa, havia uma vinculação da economia local à economia europeia. A separação do Brasil estabeleceu um novo centro de poder, que passou a nomear os governadores do Grão-Pará, não mais enviados por Lisboa. Neste mesmo processo, desapareceram os navios que escoavam a produção local e traziam de Lisboa produtos europeus.

Esta perda de vinculação com o comércio internacional não foi compensada por outras formas de negociação propiciadas pelo Império brasileiro. Diante deste quadro, os representantes políticos do Rio de Janeiro limitavam-se a cumprir funções de arrecadar impostos e a restabelecer a ordem na Província do Grão-Pará e interferir na política linguística da região. Nestas circunstâncias, iniciou-se uma decadência econômica e, ao mesmo tempo, eclodiram violentas disputas pelo poder político no território. Sem comerciantes em condições de adquirir a produção e colocá-la no mercado, “[...] as dissensões descambaram em conflitos abertos entre os defensores do governo central e aqueles de um federalismo maior” (CALDEIRA, 2017, p. 243).

No Grão-Pará do início do século XIX, reunia-se uma grande quantidade de imigrantes europeus que somados à população local e sua multiplicidade étnica constituíam um verdadeiro “caldeirão” político-linguístico. Diferentes interesses econômicos e políticos, embalados por profundas diferenças linguísticas, favoreceram uma espécie de portugalização do *nheengatu* – Língua Geral Amazônica (LGA), a principal língua de contato no período da Cabanagem, uma língua do tronco linguístico tupi. Depois da supressão deste movimento, a imposição da língua portuguesa representará uma das principais tecnologias de governo do Império brasileiro.

---

<sup>30</sup> Em nosso recorte temporal para este texto, vamos abordar, mais especificamente, a Regência Una de Diogo Feijó.

Daí a necessidade de investimentos em novos estudos sobre “[...] a revolução paraense como um fato (com sua história) e um mito (que foi sendo reelaborado ao longo do tempo e no espaço)” (RICCI, 2001, p. 271). Segundo José de Ribamar Bessa Freire (1983, p. 14), a LGA é uma das línguas de maior importância histórica no Brasil, embora seus caminhos, muitas vezes tortuosos, sejam muito pouco conhecidos. Nestes mais de quatrocentos anos de invasão da Amazônia brasileira, as políticas linguísticas brasileiras insistem em deixar as línguas indígenas à margem do oficial, contribuindo para que as histórias destas línguas tenham sido obscurecidas por um grande número de equívocos e ideias preconcebidas. Tomar como ponto de partida algumas práticas linguísticas vivenciadas à época da colonização é, acima de tudo, desmitificar o silêncio dos discursos formadores do português brasileiro e atentar criticamente para o caráter constitutivo do nosso idioma e de uma rede de memória que se estabelecerá com a historicidade decorrente da Cabanagem.

Neste sentido, para este artigo, iremos para além das descrições linguísticas e nos situaremos no espaço das tensões discursivas/conflitos linguísticos para analisar as séries arquivistas, catalogadas a partir da troca de correspondências entre autoridades locais e os centros de poder que governavam a região (uma de 1755, 1758, outras de 1834 e uma de 1837) e de um preceito legal de 1833. Houve uma questão política envolvendo a representação do eu (população local) *versus* o outro (Império brasileiro/ comerciantes europeus) na Cabanagem, materializada numa guerra de enunciabilidades, de que resultou a imposição de uma única língua oficial em toda a região, até o início do século XXI, o português. A compreensão desta complexa situação é ponto-chave para as análises aqui propostas sobre a instauração de um patrimônio linguístico europeu na Amazônia.

Tomaremos como principal referência teórico-metodológica os conceitos de enunciado, dispositivo, vontade de verdade e governamentalidade propostos por Michel Foucault (2006, 2010a, 2010b, 2016). Para compreender as emergências históricas das políticas linguísticas relacionadas à Cabanagem, tomaremos como norteadores os estudos sobre a LGA realizados por José de Ribamar Bessa Freire (1983, 2011), as discussões sobre dispositivo colonial desenvolvidas por Ivânia Neves (2009, 2015) e as pesquisas sobre o movimento cabano de Magda Ricci (2001, 2016).

## Novos olhares para os enunciados cabanos e as estratégias de governamentalidade

Os enunciados colocados em circulação pelos documentos e correspondências que vamos analisar estão além das possibilidades internas da língua, são ideologicamente marcados e só foram possíveis a partir das emergências históricas daquele momento. Segundo Hubert Dreyfus e Paul Rabinow (2013, p. 58), não podemos encarar os enunciados como “[...] proposições, uma vez que uma mesma sentença, com o mesmo efeito de sentido, pode representar diferentes enunciados, isto é, apresentar diferentes condições de verdade, dependendo do conjunto de enunciados no qual aparece”. Para Michel Foucault o discurso não pode ser considerado apenas o contato, ou mesmo o confronto, entre uma realidade e uma língua, nem se limita a estabelecer uma conexão entre um léxico e uma experiência.

[...] gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias das práticas discursivas. Essas regras definem não a existência muda de uma realidade, não o uso canônico de um vocabulário, mas o regime dos objetos. [...] Práticas que (en)formam sistematicamente os objetos de que falam (FOUCAULT, 2010a, p. 54-5).

A relação com fontes documentais/impresas, mais especificamente, as que se encontram em arquivos, não foi sempre a mesma. O arquivo, inclusive, no interior do qual a análise do discurso clássica recortava seu *corpus*, tinha como origem séries textuais impresas, já conhecidas e analisadas pelos historiadores. Em uma perspectiva mais contemporânea, com base em Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier (2014), é fundamental levarmos em consideração a complexidade da pesquisa em arquivos, para irmos além das informações institucionais que constam nele (datas, nomes, lugares e séries que ele ocupa). Na prática atual de análise do discurso, está cada vez mais comum retomarmos as preocupações dos historiadores de mentalidades.

[...] na construção de objetos como a morte, o medo, o amor, o profano e o sagrado, instalam, pela confrontação de séries arquivistas, regimes múltiplos de produção, circulação e leitura de discursos. Esses historiadores trabalham ao mesmo tempo sobre a longa duração e sobre o acontecimento. [...]. O arquivo não é um simples documento no qual se encontram referências; ele permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes (GUILHAUMOU; MALDIDIER, 2014, p. 170).

Nossa escolha de mergulhar em uma história social dos arquivos que atravessam a Cabanagem vai nesta direção, pois estamos interessados na emergência dos discursos, nas

estratégias dos dispositivos e nas batalhas de poder em torno dos usos sociais das línguas que eram faladas nesta época no Grão-Pará, em especial, o *nheengatu*. Particularidade que “[...] busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2010a, p. 157).

Nos rastros da proposta genealógica de Michel Foucault (2010b), não tratamos os enunciados de nosso *corpus* de pesquisa como um documento sacralizado, de sentidos fixos. Isto resultaria em um olhar para os cabanos como traidores, sujeitos violentos cujo principal objetivo era desobedecer ao Império brasileiro, sem considerar os processos de aviltamento por que passavam. Ao contrário, entendemos nossas fontes como monumentos, para problematizá-las e pluralizar suas relações de significação, para definir os discursos em suas especificidades. Paramos então nossos olhos nas movências históricas decisivas para a solidificação de algumas estratégias de governamentalidade estabelecidas por um dispositivo colonial, durante o período da Cabanagem, que favoreceram o processo de gestão da invisibilidade da LGA e de seus sujeitos, cuja identidade começou a se forjar naquele momento.

Nesta direção, é bem mais interessante refletir sobre o uso dessas línguas e dos saberes cabanos no cotidiano amazônico a ficarmos apenas constatando os empréstimos lexicais das línguas indígenas ao português do Brasil. Afinal, “[...] desde o fim da década de 1920, a Escola dos Anales, que renovou os estudos históricos, já vem chamando a atenção para o poder da língua e para o seu envolvimento com outras formas de poder” (FREIRE, 2011, p. 47).

### **A língua portuguesa como dispositivo colonial na Amazônia**

As trajetórias históricas das línguas na Amazônia brasileira devem, em nossa perspectiva, ser analisadas em seus contatos e suas tensões, explicitando, por um lado, o processo de conflito entre a língua portuguesa e as línguas indígenas e, por outro, as políticas linguísticas e as formas como elas interferiram nos sujeitos falantes destas línguas e suas marcas identitárias, étnica e regional. No regime de governo dos corpos das populações locais do continente americano, a língua, por seu poder político, mereceu uma atenção especial do colonizador. O controle linguístico representa uma tecnologia de poder bastante significativa para se estabelecer a colonização.

[...] as instituições ocidentais criaram uma série de estratégias de dominação, dispositivos que agenciavam a exploração de riquezas florestais e minerais, mas que se estruturavam na construção de cidades, na imposição de línguas oficiais, e que também estabeleceram os processos de sujeição impostos às sociedades indígenas (NEVES, 2009, p. 32).

De acordo com Bessa Freire (2011), foi o *nheengatu*, e não o português, a principal língua de contato na Amazônia. Essa língua serviu de mediadora entre as sociedades indígenas, os negros e os europeus nas povoações, vilas e cidades de toda região à época da colonização e ainda hoje é falada por povos indígenas no estado do Amazonas. A força política da LGA traduziu o descontentamento das populações locais com o Império português a princípio, e depois também em relação à forçosa integração da região ao Império brasileiro.

Nas colônias portuguesas na América do Sul, muito em função da atuação das missões jesuíticas, formaram-se duas línguas de contato pertencentes ao tronco linguístico tupi, a LGA, que se estendeu pela região amazônica, e a Língua Geral Paulista (LGP), falada na região onde hoje se localiza o litoral sudeste brasileiro. As duas se firmaram mesmo entre povos indígenas falantes de línguas de outros troncos linguísticos, por causa da participação dos missionários católicos que as impuseram por meio da catequese. Na organização jesuítica, havia as aldeias de repartição, locais em que os indígenas eram recrutados e obrigados ou mesmo estimulados à convivência com indígenas dos mais diversos troncos linguísticos. Muitos destes sujeitos tinham pouca ou quase nenhuma possibilidade de interagir em suas línguas maternas, e não era difícil encontrar reunidos nestas aldeias inimigos ancestrais.

Em 1750, em reação a um projeto de poder autônomo agenciado pelos jesuítas, as reformas políticas empreendidas pelo Marquês de Pombal expulsaram a Companhia de Jesus das duas colônias portuguesas, proibiram a utilização das duas línguas gerais e tornaram obrigatório o uso da língua portuguesa. As reformas pombalinas começaram a instituir uma outra face para a política de línguas formulada e executada pelos jesuítas, e, a partir daí, o uso da língua portuguesa substituiu as línguas gerais. Pombal reorganiza toda uma tática de força que trará consequências trágicas no campo da cultura, das línguas, dos saberes.

Na Amazônia, no entanto, apesar desta decisão política e mesmo sem a presença dos jesuítas, a LGA permaneceu crescendo e entrou no início do século XIX como língua majoritária da população regional. Na província do Grão-Pará, as mudanças mais profundas em relação às políticas linguísticas e à condição em que viviam os indígenas só vão acontecer de fato no Período Regencial. Uma destas transformações diz respeito ao fim das aldeias de repartição. De acordo com Bessa Freire (1983), o processo de hegemonia da língua portuguesa

deu-se, efetivamente, só a partir de 1850, já que, até então, embora fosse o português a “língua oficial” do Império brasileiro colonial, esta língua se encontrava, na prática, subordinada ao *nheengatu* – e esta imposição não foi aceita sem resistência.

## **Língua e governamentalidade**

Em consonância com as teorizações de Foucault (2010b; 2016), vamos situar o debate sobre as políticas linguísticas que envolvem o período da Cabanagem na dimensão da governamentalidade. Falamos aqui de uma técnica de poder de base linguística instaurada pelos jesuítas que correspondeu a uma maneira de organizar a vida social e política dos povos indígenas, depois apropriadas pelas determinações da Coroa portuguesa. Estes acontecimentos, resultantes de um processo longo, conflituoso e desigual instituído no período colonial, mas também agenciado pelo Império brasileiro, são decisivos para a supremacia da língua portuguesa no Brasil. Podemos ver nestas agitações históricas como são instituídas algumas práticas de governo.

[...] governar um Estado significará, portanto, estabelecer, a economia no nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle. [...] O que implica em uma pluralidade de fins específicos. E para atingir essas diferentes finalidades deve-se dispor as coisas. E esta palavra dispor é importante, à medida que, para a soberania, o que permitia atingir sua finalidade, isto é, a obediência à lei, era a própria lei; lei e soberania estavam ligadas (FOUCAULT, 2016, p. 418).

De acordo com Guilherme Branco (2016, p. 113), governamentalidade para os estudos foucaultianos é uma técnica de controle social que se caracteriza pela tentativa de realizar o gerenciamento de uma sociedade. Governamentalidade é gestão social, gestão da população, gestão de indivíduos, que corresponde, portanto, ao surgimento de um tema extremamente caro a Foucault, a questão da burocracia. Assim, para existir governo deve haver uma forma de poder e de saber agindo dentro de uma teia burocrática.

[...] quero dizer que, em uma sociedade como a nossa, mas no fundo em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que essas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer, nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma organização e um funcionamento de um discurso (FOUCAULT, 2016, p. 279).

Estamos aqui, a partir das brechas deixadas nos registros históricos, procurando mostrar como a gestão dos usos das línguas imbrica-se com a institucionalização de uma ‘verdade linguística’ no período da revolução cabana. Todas as relações de poder e de saber, somadas a determinadas urgências históricas, são estabelecidas por um dispositivo ou por um conjunto deles. Observamos em relação aos processos envolvendo a LGA que eles ratificam uma cosmologia, um modo de viver (ou morrer) em função dos discursos “verdadeiros”, trazem consigo efeitos específicos de uma disciplina linguística europeia e, ao mesmo tempo, favorecem a invenção de uma outra tradição linguística na Amazônia. Estes processos, com novas atualizações, chegam, inclusive, até os nossos dias.

O colonialismo europeu, tanto na América como em outras partes do mundo, se impôs a partir de uma multiplicidade de interesses. Os Estados europeus, com seus exércitos e seus anseios de se tornarem impérios, as grandes empresas que começavam a surgir e desejavam abrir novas frentes de exploração econômica e a Igreja Católica com o objetivo de aumentar o rebanho de Deus são alguns dos mais visíveis fatores que impulsionaram as práticas coloniais (NEVES, 2009, p. 32).

Os dispositivos de controle do discurso indicam uma vontade de verdade que se estabelecerá como um discurso “ideal de uma língua oficial”. Derivada dos procedimentos de interdição e segregação, que toda sociedade tem, subjacente às suas práticas, uma vontade de verdade surge opondo o verdadeiro ao falso. A verdade, portanto, é uma configuração histórica: não há uma verdade, mas ‘regimes de verdade’ que se transformam de acordo com as contingências históricas.

De acordo com Rosário Gregolin (2006), apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional, a vontade de verdade tende a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. Ao propor a existência de uma ‘vontade de verdade’, Michel Foucault não pensa como uma essência a ser descoberta, porém procura descrever e analisar os modos como a “verdade” vem sendo historicamente produzida e a função de controle exercida por essa produção.

### **Dispositivo colonial, língua e modernidade**

Um dos principais objetivos da obra de Michel Foucault foi entender como as estratégias de governamentalidade estabelecem práticas sociais do saber e do poder que produziram o que somos nós, hoje. Segundo Rosário Gregolin (2015), para incorporar às suas análises a dimensão heterogênea das práticas discursivas e não discursivas que produzem subjetividades, ele propôs

o conceito de dispositivo, cujo mérito principal é mostrar como as relações de poder se estabelecem para além da repressão e da ideologia, na maioria das vezes envolvidas com a normalização e com a disciplina. Neste sentido podemos observar como as línguas indígenas primeiro e depois o *nheengatu* e seus sujeitos passaram a ser concebidos como anormais, fora da proposta civilizatória do Ocidente.

Para Foucault (2006, p. 244), o dispositivo representa um

[...] conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

Na difusão das línguas gerais entre povos indígenas não falantes de línguas tupi, fica evidente a presença do dispositivo religioso, com a tradução da bíblia e a conversão dos indígenas. Mas há um outro dispositivo, por vezes associado ao religioso, que vai além dos limites da igreja e mesmo do sistema colonial, que, em tese, no Brasil, finalizam em 1822, com a proclamação da Independência, o dispositivo colonial. As línguas e todas as práticas culturais são colocadas em uma hierarquia, em que as populações locais passam a figurar como atrasadas, selvagens. Todos os saberes europeus passam, então, desde o início da colonização, a representar o moderno, que vai sempre se atualizar e se opor aos saberes locais.

Tomando também como referência a definição de colonialidade do poder, formulada por Walter Dignolo (2003), Neves propôs, a partir da perspectiva foucaultiana, a existência de um dispositivo colonial, para pensar as tecnologias de poder ainda bastante atuantes nos processos de produção das subjetividades das sociedades amazônicas e nos discursos que circulam sobre elas.

Este grande dispositivo, o sistema colonial, engloba o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade, que representa sua atualização, com seus diferentes matizes, prossegue nas histórias das sociedades amazônicas e em muitas outras histórias da América Latina, a moeda colonialidade/modernidade continua a se atualizar e ela está intensamente presente, sobretudo nas ações do poder público também na cidade (NEVES, 2015, p. 31).

O dispositivo colonial sempre esteve imbricado com as mais diferentes mídias, com os sistemas judiciários, com o dispositivo escolar e mesmo em nossas conversas cotidianas, quando ouvimos que não existem mais índios de verdade, ou ainda que todos os povos indígenas falavam apenas uma língua indígena, o tupi e tantos outros. Sabemos bem que estes enunciados

pejorativos e hierarquizantes que se naturalizaram sobre os povos indígenas são marcas do dispositivo colonial e suas interfaces.

### **Dispositivo colonial e disposições da lei**

Os dispositivos frequentemente se atravessam, e, assim como vimos o dispositivo religioso funcionar junto com o colonial, agora vamos mostrar como o dispositivo jurídico agiu decisivamente na implementação da língua portuguesa na Amazônia brasileira e como as determinações, com peso de lei, muitas vezes descumpridas nas gigantescas fronteiras da Província do Grão-Pará.

A Carta de 4 de agosto 1755 – de Sebastião José de Carvalho a Francisco Xavier –, por exemplo, extingue nas aldeias algumas práticas religiosas da “raça inferior” e instaura uma fiscalização maior, por meio de uma ação administrativa, quanto ao uso da(s) língua(s). Como podemos notar no trecho da carta transcrito abaixo, estas recomendações reforçam os movimentos, já iniciados pelo Marquês de Pombal em 1750, de imposição linguística e de retirada dos religiosos do governo dos indígenas.

[...] EU Irmão do meu coração. – Esta carta acompanha a lei, que El-rei Nosso Senhor estabeleceu, para restituir aos índios desse Estado a liberdade que lhes era devida, e aos povos delle os operários, que até agora não tiveram, para cultivarem os muitos e preciosos fructos, em que abundam essas terras. Da mesma lei vereis que nella se não contem novidade, porque toda consiste em uma renovação das antigas e saudáveis leis, cuja observância reduziu o Pará e o Maranhão, à autoridade civil, na forma que o governador, em junta com o prelado diocesano e magistrados, venha a resolver (AZEVEDO, 1999, p. 255).

Tomando este enunciado como um detalhe significativo presente na cadeia de escritura da carta, nos encaminharemos para gestos de interpretação que indicam possíveis formações “[...] de mais um campo estratégico de relações de poder, no sentido mais amplo do termo, e não meramente político” (FOUCAULT, 2010b, p. 225). Falamos de uma possível atualização da economia no nível geral da Província, isto é, “[...] ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle (FOUCAULT, 2016, p. 413).

Campo estratégico que também será ratificado anos mais tarde pela troca de correspondências entre Bernardo da Costa a Francisco Xavier (1758) – cadeia de escritura que trata de instruções para a diligência de se erigirem em Vilas as aldeias dos índios. Nesta materialidade escrita, fundamentalmente nos 3º, 18º e 22º apontamentos que constam no excerto

da carta transcrito a seguir, existem pistas discursivas que deixam muito claro qual era de fato a língua que deveria ser “ensinada” para a população local e nas escolas maiores de instrução pública.

Deve-se examinar com a maior exaçaõ a verdade de tudo que disser respeito aos apontamentos seguintes [...] 3º. Se falam a língua portuguesa: se já há alguns que saibam ler e escrever. [...] 18º. De que nação se compõem a tal Aldeia? qual era a sua língua natural? em que tempo se estabeleceu? donde vieram os moradores? [...] 22º. Se a aldeia tem capacidade para se reduzir a Vila, e nesse caso se será mais útil juntar-lhe mais alguns moradores vizinhos, que não sejam índios, misturando todos no número dos que servirem no Senado (MENDONÇA, 2005, p. 411-4).

Posto desta forma, por mais que estas movências históricas tentem enquadrar um determinado “avanço” no contexto social brasileiro regido pelas estratégias do dispositivo colonial, no que diz respeito a um modelo de gerenciamento linguístico implementado, a dinamicidade das línguas e toda uma estética de resistência linguística transformam este índice de governamentalidade em algo fragmentário e descontínuo. Afinal, é claro que uma língua não deixa de ser falada por lei/decreto, por mais que isso tenha algum impacto real sobre a vida dos falantes.

A partir da análise dos regimes de enunciabilidade mobilizados nas trocas de correspondências destacadas, concluímos que é fundamental a imersão nas condições de possibilidades históricas em que os saberes ficam sujeitados. Discorreremos aqui sobre os conteúdos linguísticos soterrados, camuflados em funcionamentos coerentes ou formações sistemáticas.

Saberes ocultados que, segundo Haroldo de Resende (2016, p. 127), tentam tornar invisíveis o aparecimento de determinados conteúdos históricos (ou patrimoniais) importantes para algumas interpretações, porque somente estes conteúdos possibilitariam a descoberta da clivagem das lutas e dos embates que certas ordens discursivas, impostas pelo dispositivo colonial e suas interfaces, objetivam esconder sobre esta portugalização da língua geral amazônica.

[...] O português falado no Brasil, e mais especificamente na Amazônia, no século XVII, foi considerado pelo padre Vieira, uma “meia-língua”, produto de uma política colonial que contribuiu para o extermínio de línguas minoritárias, propiciando a expansão da língua geral amazônica [...] Esses registros, porém, não se limitaram ao período colonial e podem ser encontrados até mesmo em pleno século XIX, especialmente no período de 1832-1842, durante a Cabanagem. Os cabanos – índios, tapuias, negros, caboclos e variados tipos de mestiços – provenientes de diferentes tipos de horizontes linguísticos, usavam a língua geral como instrumento de interação,

mas nesse caso, a comunicação era basicamente oral, porque eles eram em sua maioria iletrados. No entanto, os poucos cabanos alfabetizados, quando recorriam à escrita, abandonavam a língua geral amazônica, optando pela língua portuguesa, como testemunha alguns documentos (FREIRE, 2011, p. 84-5).

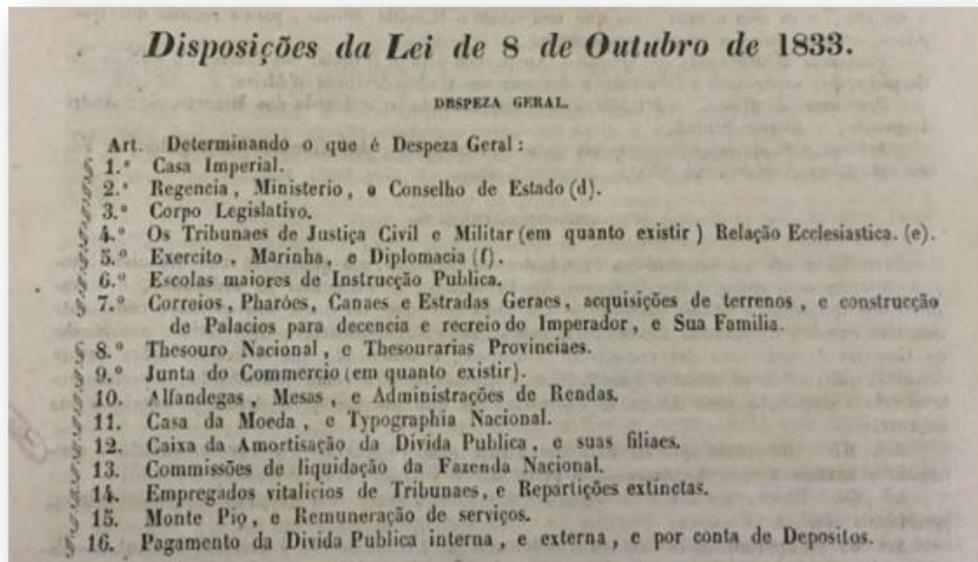
Se a popularização do *nheengatu* interessava ao projeto de evangelização dos jesuítas, ela desagradava ao projeto lusitano de instauração da língua portuguesa como manifestação linguística nacional do Brasil, em meados do século XVII e 1758, com a intensificação do Diretório dos Índios encabeçada pelo Marquês de Pombal (conforme já comentado).

Tomando por base as tensões linguísticas resultantes destes dois projetos, notaremos aspectos indicadores que efetivam os processos de subjetivação como práticas (discursivas; não discursivas) que ligam o sujeito à verdade. Para Michel Foucault, a verdade é da ordem do acontecimento, ela ocorre sempre em um lugar e em um tempo. De acordo com Rosário Gregolin (2016), em termos foucaultianos, subjetividade não se refere à identificação do sujeito como categoria invariável, mas a modos de agir (até mesmo linguísticos), processos de subjetivação modificáveis e plurais. Ou seja, assim como o dispositivo colonial atualiza as suas formas de dominação e exploração nos territórios das sociedades indígenas na Amazônia, a resistência destes povos também se atualiza em novas formas de respostas a essas investidas indiscriminadas na região.

E, se partirmos para uma visão mais plural destes conflitos discursivos ao longo do tempo fortalecidos no Gão-Pará, constataremos que as políticas linguísticas empreendidas pela Coroa portuguesa e pelo Império brasileiro também orientaram de certa maneira o início da escolarização na Província. Nosso destaque aqui é para o papel do Estado e da Igreja (como dispositivos coloniais europeus) na criação das primeiras escolas sistemáticas na Amazônia e na solidificação de um desenho político, no período da Cabanagem, que arquitetasse uma tradição linguística ocidental em nosso país e apagasse aos poucos os registros da língua geral amazônica na região.

### **Dispositivo colonial, imposição da língua portuguesa e as escolas**

O fragmento a seguir compõe as *Disposições da Lei de Outubro de 1833* (em especial o 6º artigo) - pertencente aos Arquivos do Poder Executivo da época regencial em Cameté (município paraense com forte marca histórica na Cabanagem).



**Figura 01:** Lei de 8 de outubro de 1833  
**Fonte:** Museu de Cametá -PA.

Como podemos observar na materialidade em destaque, vários foram os artifícios administrativos que, historicamente, de uma forma ou de outra, tentaram silenciar, erradicar algumas manifestações linguísticas em território brasileiro. Todavia, em se tratando de políticas linguísticas em diálogo com alguns princípios dos estudos de Michel Foucault, é necessário também mobilizar e colocar em visibilidade ações locais de resistência, pois “[...] uma escola ou uma família, por exemplo, podem estabelecer e colocar em prática planos para alterar uma certa situação sociolinguística, mesmo que isso nem sempre seja explicitado” (MAHER, 2013, p. 120).

Tendo como base as reflexões da genealogia de Michel Foucault em consonância com as *Disposições da Lei de Outubro de 1833* (em especial o 6º artigo), podemos dizer que este tipo de perfil de legitimação/gerenciamento escolar é aquele no qual o comando social é construído mediante uma rede difusa de dispositivos que regulam os costumes, os hábitos e as práticas discursivas. Poderíamos dizer, então, que uma disciplina linguística é assegurada por meio de instituições físicas presentes no monumento oficial em questão, a saber: as *escolas maiores de instrução pública*, onde não havia o registro da existência de professores indígenas durante todo período colonial. Espaços que iriam estruturar o terreno social e fornecer explicações “adequadas” para a razão das disciplinas e para instauração de uma vontade de verdade.

Ao examinar os mecanismos sociais que controlam a produção e a circulação dos discursos, segundo Rosário Gregolin (2016, p. 119), “[...] Foucault nos mostra que a vontade de verdade se apoia em uma base institucional, sendo ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por toda uma espessura de práticas”. E dentro desta dimensão, Michel Foucault (2010c, p. 17) aponta que o modo mais profundo do exercício de um regime de verdade é a maneira como um dado saber é reconduzido numa sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e, de certo modo, para este artigo, atribuído para a solidificação das batalhas de poder em torno dos usos sociais das línguas.

Mergulhados neste universo de arquivos/fontes documentais/monumentos, destacamos a importância de se compreenderem as estratégias de governamentalidade, estabelecidas pelo dispositivo colonial para portuguêsização do *nheengatu* no período da Cabanagem, inseridas em uma complexa rede de memória, já que o movimento cabano carrega também outros códigos. Assim, investigá-los é um indicativo de um caminho possível para descobrirmos algumas questões “de fundo” a respeito da Amazônia brasileira, suas sociedades, sua língua geral e seu lugar na ordem colonial e nos quadros do Império do Brasil.

E se conectarmos todo o universo cabano em uma certa dinâmica de causalidades – um “autor” ou uma instância produtora – é possível identificarmos algumas condições de enunciabilidade muito específicas para a solidificação de um patrimônio linguístico europeu no Grão-Pará e, ao mesmo tempo, para a ampliação de outras normalizações que também são influenciadas a partir das *Disposições da Lei de Outubro de 1833*.

Grande parte da análise de Bessa Freire (2011), por exemplo, nos impulsiona para um diagnóstico que fortalece a construção de uma língua portuguesa sem “sotaque lusitano”, adaptando (ou ressignificando), inclusive, a dinâmica de “meia-língua” indicada pelo padre Vieira, de modo que o debate alavancado por ele nos obriga a pensar na instauração de um dispositivo escolar e de um dispositivo de segurança e, sobretudo, o reflexo destes com o princípio da soberania linguística e do reestabelecimento da ordem social que vinha sendo trabalhado pelos portugueses no Grão-Pará. Como podemos notar na catalogação de algumas correspondências oficiais que estão no quadro abaixo, pertencentes aos Anais do Arquivo Público do Pará<sup>31</sup>.

---

<sup>31</sup> Os excertos transcritos no quadro revelam arquivos do primeiro tomo de um *Catálogo Seletivo* produzido sobre o movimento cabano, composto de hum mil cento e dezenove verbetes resultantes da organização e do tratamento das fontes, com seus correspondentes índices.

## CATALÓGO SELETIVO REFERENTE À CABANAGEM - 1ª PARTE

1. Ofício de Manoel Lourenço de Matos, Tenente Coronel da extinta Legião de Jones, a Bernardo Lobo de Souza, Presidente da Província do Pará, pedindo que mandasse municiar os militares em serviço, para evitar violências (*Marajó -25/01/1834*). **Código. 852, Documento.145**

2. Ofício de Manoel Lourenço de Matos, Tenente Coronel da extinta Legião de Jones, a Bernardo Lobo de Souza, Presidente da Província do Pará, informando sobre a situação em que se encontravam duas Freguesias da Ilha do Marajó: Soure e Monforte, onde a população, constituída em sua maioria de um número expressivo de índios, revoltava-se contra as autoridades locais. Dessa forma vinha também, justificar o seu atraso no cumprimento das ordens presidenciais, que determinavam a captura de criminosos e negros fugitivos. (*Monsarás – 10/06/1834*). **Código.852, Documento.150**

3. Ofício de Manoel Lourenço de Matos, Tenente Coronel da extinta Legião de Jones, a Bernardo Lobo de Souza, Presidente da Província do Pará, informando que os atos criminosos na Província eram praticados indiscriminadamente pois os revoltosos não temiam às leis e que era necessário chegar na região as “benesses da instrução” para que todos pudessem “falar a mesma língua”. (*Marajó -04/12/1834*) **Código.852, Documento.157**

4. Ofício de João Henrique de Matos, Comandante Militar do Baixo Amazonas, a Francisco José de Souza Soares de Andréia, Presidente da Província do Pará, informando sobre a restauração da Freguesia de Almeirim, as operações ocorridas no Rio Paru contra os rebeldes, o prejuízo causado pelos mesmos à agricultura e ao comércio, devido à falta de mão de obra, empregada na defesa militar. Solicitando atenção aos ofícios do Presidente da Câmara e do Capitão da força de Porto-de-Moz; o necessário para a construção de uma cadeia pública, de uma escola e restauração da fortaleza (*Quartel do comando Militar do Baixo Amazonas em Santarém -18/07/1837*) **Código.888, Documento.126**

Fonte: *Catálogo seletivo/ Anais do Arquivo Público do Pará, 2018.*

Os regimes de enunciabilidade que compõem as materialidades em destaque no quadro, em especial o Código.852 (documento.157) e o Código.888 (documento.126), revelam a ausência de uma educação formal na região, ou melhor, os problemas dela no Grão-Pará durante o contexto posterior à Independência política do Brasil até o final do tempo conhecido também como menoridade do imperador brasileiro Pedro II, principalmente pelo imenso número de povos indígenas na região. Na primeira metade do século XIX, a instituição escola (com o perfil que a conhecemos hoje) ainda não estava consolidada como o principal espaço de instrução em nosso país, e esta situação dificultava o controle, a vigilância da língua geral amazônica.

A dificuldade se tornava mais alarmante porque a ‘instrução formal’ coexistia com outros ambientes, sob as mais diversas formas de práticas educacionais informais,

particularmente nos recintos domésticos e religiosos. Configuração histórica que nos conduz para uma realidade em que se nota que o ensino, apesar de já ter a base legal ratificada para a região amazônica em 1833, era ministrado sem o controle das autoridades e correspondeu durante a monarquia a uma face não visível do *iceberg* educativo, transformando-se no Segundo Reinado (e no fim do período regencial de Feijó) em uma preocupação constante dos representantes do Estado, das “elites econômicas” e intelectuais, frente à necessidade de governamentalidade da Província e da prevenção contra a desordem.

Para ampliarmos ainda mais o cenário de análise dentro desta rede de memória tendo como recorte a Cabanagem, cabe trazer para reflexão alguns trechos da principal descrição histórica cabana, a saber: a obra “*Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*”, de autoria de Domingos Antonio Raiol, possuidor do título nobiliárquico de Barão do Guajará, um dos mais proeminentes intelectuais políticos do Norte do Brasil no século XIX, que, em toda narrativa, enfatiza que as populações analfabetas são diretamente ligadas à “barbárie” e à “violência”:

[...] tudo era burlesco! Em certos lugares havia até embaixadores e ajudantes de embaixador! Denominavam assim os encarregados de avisar e aliciar gente pelos sítios e povoados. Eram quase todos analfabetos! mal sabiam falar e escrever os que se presumiam mais instruídos [...] Para se avaliar a capacidade dos oficiais rebeldes, transcrevo textualmente o seguinte ofício escrito pelo próprio punho de um dos mais considerados líderes: “Ex.mo Sr. Presidente ~ Axome çem monisão que muntas vezis tenho pedido. Çe uver cunfelito aqui não çei o qe soçederá. Çe não á qartuxami prontu mandi polvra i xumbo qe aqui çe inbalará ~” [...] (p.929)

[...] Não contestamos que a anarquia no Pará fosse o resultado fatal das lutas entre as facções, e nem destas era lícito esperar outra coisa, formadas como eram de gentes desconhecidas e somente capazes de fazer sequela aos turbulentos e ambiciosos sem moralidade, sobressaindo nos últimos tempos os malfeitores analfabetos, os vadios e analfabetos que, viviam na mais crassa ignorância, sem a menor noção dos deveres sociais (RAIOL, 1970, p.973).

As condições de possibilidades históricas em que enunciados como estes foram produzidos indicam que era também tarefa fundamental do dispositivo colonial inserir na mente das classes “populares” uma disciplina linguística, que precisava ser acompanhada de uma aprendizagem socializada pela instituição escola, na qual os ideais de “civilidade” funcionariam também como um dispositivo de controle.

A ideia do direito à educação, introduzida muito antes da ideia de Estado, está dependente, no entanto, da teoria de gerenciamento populacional como um instrumento de dominação, isto é, nota-se que paulatinamente o objeto do governo provincial na Cabanagem deixa de ser somente a dinâmica territorial da guerrilha e passa a ser também o modo de gestão

da população, um controle das estratégias que os indivíduos, em sua liberdade, podem ter em relação a si mesmos e uns em relação aos outros.

Segundo Magda Ricci e Luciano Lima (2015, p. 859), portanto, no pensamento do Barão de Guajará e de toda sua geração de aliados, somente a concretização de ações educacionais mais efetivas por parte das autoridades do Império brasileiro funcionaria como medida real de vigilância e obediência dos rebeldes, que, se permanecessem analfabetos, sem o domínio efetivo da língua portuguesa, poderiam representar uma ameaça constante ao Estado de direito. Trata-se de acontecimentos que geraram tensões discursivas no Grão-Pará com relação à língua geral amazônica e, ao mesmo tempo, deram ao movimento outra estética de resistência.

### **Considerações Finais**

Com efeito, estes acontecimentos discursivos aqui analisados sugerem um gesto de interpretação do movimento cabano impregnado de um conjunto de instituições de controle. Acontecimentos, inclusive, também responsáveis por delinear as linhas de desenvolvimento do Estado moderno no Grão-Pará ou o que chamamos de formação do Estado governamentalizado, em que governar consiste em conduzir condutas, manter a noção de seguridade mais ampla possível.

Este artigo, portanto, mobilizou outras formas de olhar para a história das diferentes línguas que constituíram o grande caldeirão linguístico da região à época da Cabanagem. Memórias fundamentais para um entendimento mais verticalizado da historiografia do Pará e do Brasil, da constituição plural do nosso idioma e de como a Cabanagem se relacionou com o processo de fortalecimento das primeiras instituições escolares sistemáticas na Amazônia brasileira.

Não podemos imaginar uma dimensão linguística única para o movimento que ocorreu no Grão-Pará ao final da Regência Una de Diogo Feijó. Esta simplificação desqualificaria as multiplicidades de significado e conflitos linguísticos contidos nas lutas dos inumeráveis cabanos de 1835 ou 1840. Segundo Magda Ricci (2001), a Cabanagem foi um movimento social empreendido por pessoas concretas, que viveram temporalidades diferentes da nossa, com ideais, utopias e formas de articulação do pensamento que lhes são próprias.

## Referências

AZEVEDO, João Lúcio. **Os jesuítas no Grão-Pará**: suas missões e a colonização. Belém: SECULT, 1999. p. 255-7.

BRANCO, Guilherme Castelo. Governamentalidade, política, resistências ao poder. In: RESENDE, Haroldo de (Org.). **Michel Foucault** – política: pensamento e ação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 11-121.

CALDEIRA, Jorge. **História da riqueza do Brasil**: cinco séculos de pessoas, costumes e governos. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault** - uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica da sujeito** – curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Editora Wmf Martins fontes, 2010b. pp. 221-241.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010c.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel** – a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. “Da fala boa ao português na Amazônia brasileira. In: **Ameríndia** – Revue d’ethnolinguistique amérindienne. Paris: A. E. A., n. 8, 1983.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

\_\_\_\_\_. O dispositivo escolar republicano na paisagem das cidades brasileiras: enunciados, visibilidades, subjetividades. In: **Revista Moara** – estudos linguísticos. Edição 43 – jan-jun 2015, p. 6-25.

\_\_\_\_\_. Michel Foucault: uma teoria crítica que entrelaça o discurso, a verdade e a subjetividade. In: FERREIRA, Ruberval; RAJAGOPALAN, Kanavillil (Orgs.). **Um mapa da crítica nos estudos da linguagem e do discurso**. Campinas, São Paulo: Pontes Editores/Unicamp, 2016. p. 115- 142.

GUILHAUMOU, Jaques; MALDIDIER, Denise. Efeitos do arquivo – a análise do discurso ao lado da história. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Gestos de leitura**: da História no discurso. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2014. p.169-192.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2011.

MAHER, Terezinha Machado. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas miniritárias no Brasil. In: NICOLAÍDES, Chistine; SILVA, Kleber; TILIO, Rogério; ROCHA, Claudia (Orgs.). **Política e Políticas linguísticas**. Campinas, São Paulo: Pontes editores, 2013, p. 117-134.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina** – Tomo III. Brasília: Senado Federal, conselho editorial, 2005.

MIGNOLO, Walter. **Projetos locais/projetos globais** – colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NEVES, Ivânia. **A Invenção do índio e as narrativas orais tupi**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. **Revista Moara** – estudos linguísticos. Edição 43, jan-jul, 2015. p. 26-44.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

RAIOL, Domingos. **Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

RESENDE, Haroldo. Política e ação no pensamento de Michel Foucault: conexões entre poder, saber e discurso. In: RESENDE, Haroldo de (Org.). **Michel Foucault** – política: pensamento e ação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

RICCI, Magda. Passos imperiais e (des)compassos cabanos: Belém e sua “índole” – 1800-1840. In: LACERDA, Francinete; SARGES, Maria (Org.). **Belém do Pará: história, cultura e cidade** – para além dos 400 anos. Belém: Açai, 2016. p. 205-227.

\_\_\_\_\_. Do sentido aos significados da Cabanagem: percursos historiográficos. In: **Anais do Arquivo Público do Pará** – Belém: Secretaria de cultura/Arquivo público. 2001. V. 04, pp. 241-274.

RICCI, Magda; LIMA, Luciano. Letrados na Amazônia Imperial e saberes das populações analfabetas durante a Revolução Cabana (1835-1840). **Revista Brasileira de Educação**. V. 20, n. 63, out-dez, 2015. p. 845-867.